

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES E O PAPEL DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Ana Claudia Figueiredo REBOLHO¹
Silvia A. de Sousa FERNANDES²

123

RESUMO: A prostituição é uma atividade que gera constantes conflitos e controvérsias. A maneira como é praticada acarreta, em algumas situações específicas, enquadramento legal. O trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado que objetivou analisar as concepções de gestores e professores que convivem com a Exploração Sexual de Menores, em duas escolas da rede estadual de ensino de um município do interior do Estado de São Paulo. Objetivou, também, identificar se o tema exploração sexual de menores faz parte dos currículos escolares nas escolas pesquisadas e como é abordado pelos professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em educação. Utilizou-se como estratégia de coleta de dados a aplicação de questionário com gestores e professores das instituições de ensino pesquisadas. Identificou-se que os docentes raramente abordam a temática estudada em suas aulas e afirmam sentir-se despreparados para este trabalho. Conclui-se que a escola é um lugar privilegiado onde a **Educação Sexual** deve ser trabalhada, principalmente no sentido de educar seus alunos a não adentrar no mundo da exploração sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração sexual de menores. Instituições escolares.

Introdução

A exploração sexual de menores é um mal que está presente no mundo todo e, particularmente no Brasil, em quase todas as localidades, principalmente nas regiões norte e nordeste do país. Normalmente é uma atividade que envolve o crime organizado, pois alicia crianças e adolescentes que, devido à pouca idade, não têm discernimento ou, por serem obrigadas, não optam pela recusa a tal exploração. Sem a mínima maturidade sexual ou emocional, elas não têm capacidade para avaliar e, muito menos, optar por essa atividade.

A falta de estrutura familiar é um dos fatores constantes na exploração sexual de menores. Muitas meninas já sofreram algum tipo de violência ou abuso sexual vindo de sua própria família e acabam fugindo para as ruas. Ao ganharem as ruas, em muitos casos, e com o passar do tempo, perdem os vínculos com a casa e com a família, seduzidas pelos atrativos efêmeros desse local.

¹ Doutoranda em Educação Escolar. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Educação Escolar. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - acrebolho@w1.com.br

² CUML - Centro Universitário Moura Lacerda. Pós-Graduação em Educação. Ribeirão Preto – SP – Brasil. 14085-420 – silvia_sfernandes@mouralacerda.edu.br

Para fazer a análise do papel da escola e a educação sexual, a presente pesquisa teve como objetivos: 1) identificar e analisar as concepções de gestores e professores que convivem com a Exploração Sexual de Menores, em duas escolas da rede estadual de ensino de um município do interior do Estado de São Paulo; 2) Analisar se o tema faz parte dos currículos escolares nas escolas pesquisadas e como é abordado pelos professores.

Revisão da literatura

A prostituição é um fenômeno sexual, que tem como característica principal a economia ligada ao desejo. O preconceito para com as prostitutas sempre foi e é grande. Mesmo nos tempos mais remotos, esse tipo de atitude discriminatória já existia.

A exploração sexual feminina de crianças e adolescentes, no século XXI, está mais presente em nosso meio e começa a ser praticada mais cedo.

O número pode chegar à pelo menos 100 mil crianças e adolescentes explorados sexualmente, conforme levantamento divulgado em 2001 pelo UNICEF, a situação brasileira figura como uma das piores do mundo. Só é superada pelos Estados Unidos, Índia e Tailândia. (IMPERIANO et al., 2004, p.1).

A prostituição, para a grande maioria, não é uma questão de opção e sim de sobrevivência. Num momento em que o capitalismo dita as regras de sobrevivência, as mulheres que acabam se prostituindo o fazem de maneiras diversas, devido ao preconceito que enfrentam (REBOLHO, 2007).

Pode-se conceituar três justificativas à prostituição: justificativa econômica, psicológica e consciente. A questão financeira é a justificativa mais comum dada pelas mulheres que se prostituem, seja para entrar ou se manter na atividade. O dinheiro fácil é a solução mais rápida para essas mulheres suprirem suas necessidades, independente das consequências dessa escolha.

No Brasil, um ano antes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve, em 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que contou com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa convenção garantiu os direitos das crianças e dos adolescentes da América Latina, mudando sua visão.

Esse novo paradigma é uma ruptura com a doutrina da situação irregular quando evidencia que as legislações referentes à criança e aos adolescentes devem ser instrumentos eficazes na defesa e promoção dos direitos humanos. (SALIBA, 2006, p.26).

A Lei Federal 8.069, de 13 de junho de 1990, no Brasil, aprovou o ECA, cujo Estatuto substituiu totalmente o Código de Menores de 1979 e representou uma ruptura com a doutrina da situação irregular, na medida em que instituiu mudanças substanciais no tratamento dado às crianças e adolescentes. Segundo Saliba (2006), os princípios do ECA entendem que não são as crianças ou adolescentes que estão em situação irregular e sim as condições de vida a que estão submetidos. A criança e o adolescente passam a ser visto como pessoas em desenvolvimento e as pessoas que são destinadas à operacionalização das medidas impostas têm o papel de proteger e de garantir o conjunto de direitos e educar, inserindo-os na sociedade. A responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança e do adolescente é da sociedade e do Estado.

Tanto em nível nacional como internacional, a prostituição não é o único fenômeno caracterizado como exploração sexual. Fazem parte dele, segundo Leal (1999), de acordo com o Instituto Internacional Del Niño (1998), quatro modalidades de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais.

As modalidades de exploração sexual comercial, acima citadas, encontram-se relacionadas, gerando, às vezes, um círculo de difícil dissolução. “O poder público foi, contraditoriamente, omissivo, conivente e repressivo frente à prostituição, pois só após a aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, em 2001, é que ações se manifestaram mais integradas e consistentes.” (LIBÓRIO, 2007, p.67).

Assim sendo, o combate à exploração sexual comercial deve ser pautado por normas que enfatizem a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes atingidos pela violência sexual.

Método

Este estudo desenvolveu-se e se fundamenta como uma pesquisa qualitativa, a qual, segundo Bogdan e Biklen (1994). Gonsalves (2001), com relação à pesquisa qualitativa, ainda salienta que deve haver a preocupação em compreender e interpretar os fenômenos, considerando o significado que os outros dão a sua prática.

A presente pesquisa também foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário **Barão de Mauá** sendo aprovada sob o número de protocolo 396/2009, do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética.

Participantes e local

Os participantes da pesquisa foram 29 profissionais da educação, sendo quatro gestores (entre eles dois coordenadores) e 25 professores, do Ensino Fundamental e Médio. Para este estudo foram selecionadas duas escolas, de uma cidade de porte médio, localizada no interior do Estado de São Paulo, que apresentavam casos de exploração sexual de menores.

Instrumentos e materiais

A partir do referencial teórico analisado, visando à coleta de dados junto aos participantes da pesquisa, foi organizado um questionário com 17 questões abertas e fechadas. Para o desenvolvimento deste estudo foram utilizados: papel sulfite, computador e impressora.

Resultados da pesquisa

Para melhor compreensão e análise dos dados obtidos por meio dos questionários, os mesmos foram analisados pela frequência simples de ocorrência.

Com relação ao tema **Educação Sexual** ser ou não abordado durante o Planejamento Escolar ou nas Reuniões de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), obteve-se um percentual de 76% de respostas positivas, ou seja, na grande maioria dos Planejamentos Escolares ou nas reuniões de HTPC o tema **Educação Sexual** é abordado.

Sobre a Existência de aulas destinadas ao tema **Educação Sexual**, as respostas obtidas totalizaram 42% de respostas positivas que afirmam existir aulas direcionadas para esse fim. Dos participantes, 48% afirmam não haver aulas destinadas à **Educação Sexual**, e 10% não responderam.

Embora 48% dos participantes tenham respondido que não destinam aulas específicas para a discussão do tema **Educação Sexual**, ao observar as respostas obtidas para a questão referente à “Abordagem do tema pelos alunos”, os resultados demonstram que 59% deles são questionados sobre a sexualidade. No entanto, se 48% dos participantes afirmam não haver aulas destinadas à **Educação Sexual** e, posteriormente, 59% deles afirmam que são questionados pelos alunos a respeito do tema, em que aulas essa situação ocorre?

E, ainda, se 76% dos participantes afirmam que o tema **Educação Sexual** é abordado no Planejamento Escolar ou nas reuniões de HTPC, em qual momento do processo educativo esse tema é abordado, visto que 48% afirmaram não haver aulas destinadas ao tema? Qual o motivo de 10% dos participantes se absterem de responder a essa pergunta? Seria por tabu? Falta de orientação e conhecimento do assunto?

Nos casos de respostas afirmativas ao questionamento sobre o tema **Educação Sexual** ser ou não abordado pelos alunos, o participante deveria indicar, entre os vários temas apresentados pelo pesquisador, aqueles que indicavam maior número de questionamentos por parte dos alunos. Como respostas para os temas mais abordados por eles para a questão, foram elencadas a “Puberdade”, com 15% das ocorrências, “Aparelhos Reprodutores” e “Gravidez na Adolescência”, com 16%, e “Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST” e “Métodos Contraceptivos” aparecem com 10%. Os temas “Fases da Sexualidade” e “Prostituição” foram os que menos apareceram, totalizando 7% e 3%, respectivamente. “Outros” assuntos, que não foram explicitados pelos participantes totalizaram 2%. O tema “Falamos de sexo normalmente”, que não constava no questionário, mas que foi respondido pelos participantes, aparece em 2% das respostas. Deve ser ressaltado que 17% dos participantes não responderam à questão.

Para Figueiró (2006, p.17), as informações sobre sexualidade “[...] trabalhadas na escola precisam envolver reflexão, tanto individual, quanto coletiva, pois é esse exercício que permitirá ao educando reconhecer-se como sujeito de sua sexualidade, capaz de construir relações mais saudáveis e positivas [...]”

Quando questionados se receberam alguma “Orientação para trabalhar com o tema **Educação Sexual** com os alunos, nota-se que aproximadamente 30% responderam que sim, mas a maioria, 70%, responderam nunca ter recebido algum tipo de orientação.

Com o objetivo de complementar a informação anterior (orientação para trabalhar com o tema **Educação Sexual**), a questão seguinte refere se “Os professores

receberam alguma informação dentro da sua área de atuação para trabalhar com o tema.” Nesse caso, 34% responderam que sim, enquanto 66% responderam negativamente.

O professor, independentemente da maneira que obtenha informações para trabalhar “Orientação Sexual” com os alunos, precisa ter consciência de que todos são educadores sexuais, e, portanto, antes mesmo de se envolver com as estratégias para trabalhar tal assunto, necessita realizar leituras, reflexões e participar de debates em torno da temática, com o objetivo de analisar valores, tabus e preconceitos.

Diante das respostas sobre a obtenção de orientação para trabalhar a sexualidade, foi perguntado se os mesmos “Sentem-se seguros para abordar o tema **Educação Sexual** com os seus alunos.” Os resultados demonstraram que 35% dos participantes da pesquisa se sentem seguros para abordar o tema, enquanto 34% responderam não se sentirem preparados. 31% dos participantes não responderam essa questão.

Com o objetivo de obter informações sobre a “Prostituição de infantil e juvenil”, que é o ponto central da pesquisa, foram realizadas algumas perguntas sobre o tema. Ao serem questionados sobre o “Conhecimento de casos de prostituição infantil e juvenil durante a prática profissional e qual o gênero que pratica o mesmo”, obteve-se o seguinte resultado: 52% dos participantes afirmam ter conhecimento de casos de prostituição infantil e juvenil, 34% não têm conhecimento de nenhum caso e 14% não responderam. Desse percentual, 60% alegam que a prostituição da qual tem conhecimento é feminina, 20% masculina e 20% de ambos os sexos, evidenciando que a prostituição não se restringe às mulheres, mas que os homens também estão envolvidos nessa problemática, muitas vezes por motivos financeiros.

Para os participantes que responderam positivamente sobre ter conhecimento de casos de prostituição infantil e juvenil durante sua prática profissional, foi solicitado que assinalassem a (as) justificativa (as) que consideravam mais adequada (as) para o “Motivo do ingresso à prostituição”. Os resultados das respostas elencadas foram: 18% dos participantes da pesquisa afirmam que as crianças e adolescentes são exploradas sexualmente por motivos financeiros e levados (as) por adultos, e 18%, também, por opção pessoal. Dos participantes, 12 % afirmam ser resposta a um abuso sexual sofrido pelas crianças e adolescentes. 6% por motivos financeiros e por iniciativa própria e 3% por uso de drogas. 43% dos participantes não responderam a essa questão.

Devido ao fato de 52 % dos participantes terem conhecimento sobre casos de prostituição entre os alunos e, dentre esses, 18% optarem pela justificativa de ser por

motivo financeiro e 18% por opção pessoal, a questão seguinte foi sobre o conhecimento do professor em haver “Casos nas famílias dos alunos envolvidos” e qual seu grau de parentesco.

Para essa questão, obteve-se a seguinte resposta: 14% dos participantes responderam que há casos de prostituição também na família do aluno envolvido, 27% responderam que não há e 59% não responderam a essa questão. Desse percentual, 50% dos alunos, segundo os professores, são encaminhados pelas mães à prostituição, 17% pelos irmãos e 33% por parentes próximos, demonstrando que a pobreza faz com que a própria mãe e parentes próximos não poupem as crianças e adolescentes. Vale ressaltar que essa é a opinião dos professores com relação às justificativas à prostituição por parte dos alunos, mas não se sabe, com certeza, se essa é a realidade vivida por eles.

Com relação à “Localização da Escola”, foi questionado se os participantes atribuem alguma relação entre os casos de prostituição e o bairro onde a escola se localiza. Dentre eles, 28% afirmam que os casos de prostituição infantil e juvenil existentes na escola são referentes à localização, 31% responderam negativamente e 41% dos professores não responderam a essa questão. O percentual de respostas afirmativas para essa questão foi baixo, considerando-se que a “Escola Beta” é localizada próxima a pontos de prostituição na cidade.

Uma vez diagnosticados casos de prostituição infantil e juvenil na escola, foi questionado (de forma dissertativa) sobre qual o “Procedimento adotado pela escola diante de tal problemática”. Para essa questão, 31% dos participantes responderam que “há orientação com os alunos”, 14% responderam que “os alunos são encaminhados ao Conselho Tutelar – CT”, 12% dos participantes “orientam os pais dos alunos envolvidos”, 3% “apenas conversam com os outros professores”, e 40% dos participantes “não responderam a essa questão.”

A “Escola Alfa” nunca havia recebido a visita do CT. No entanto, uma semana antes da execução do questionário, o CT fez uma visita à escola e esse fato alterou totalmente as respostas dessas questões, tanto que um dos participantes.

A “Escola Beta”, que não recebeu a visita do CT recentemente, respondeu de maneira contrária; porém, como a tabulação é feita em cima da soma das duas escolas, os resultados com relação à atuação presente do CT ficaram da seguinte maneira: 55% dos participantes afirmam que o CT se faz presente na escola, contra 21% que negam essa informação, juntamente com os 21% que não responderam a essa questão.

Com o objetivo de investigar se os participantes da pesquisa “Tem conhecimento em como o CT lida com o tema prostituição infantil e juvenil”, foram obtidas as seguintes respostas: 21% disseram que sim, 65% responderam não saber e 14% dos participantes não responderam a essa questão. Para os participantes que responderam que não sabem, foi solicitado que “escrevessem o motivo de não terem conhecimento de como o CT lida com o tema em questão.”

Entre os 65% dos participantes que desconhecem a atuação do CT, 23% responderam que “Nunca viram a participação do CT na escola” e 11% disseram que “Nunca discutiram isso com o CT”. Ainda com relação à falta de conhecimento sobre a atuação do CT, 11% dos participantes disseram que “Não recebem informações desse órgão”. Outros 11% responderam que “Não acompanham o assunto”, enquanto 11% observaram que o “CT veio à escola, mas não acrescentou nada ao assunto”. Foram observados, ainda, 11% respondendo que “É professor e diretor de escola e não conhece os membros do CT e muito menos suas atribuições”, e, finalmente, 11% responderam que é “Falta de aprofundamento”.

Para os participantes da pesquisa que responderam ter conhecimento sobre a atuação do CT (21%), foi questionado “Qual o procedimento do mesmo”. 17% responderam que o procedimento do CT é a “Orientação aos pais”. O “Encaminhamento ao juiz” foi a resposta de outros 17% dos participantes, assim como 17% responderam que é feita uma “Investigação”. Ainda com relação à atuação do CT, 8% responderam que ela é feita “Através de palestras e orientação”. 33% dos participantes não responderam a essa questão.

Com relação ao questionamento sobre o “Tema prostituição infantil e juvenil é abordado de alguma forma durante o processo de aprendizagem na disciplina”, as respostas obtidas para essa questão apresentam a grande maioria dos participantes respondendo negativamente. Observa-se que 60% dos participantes não abordam o assunto em suas aulas, enquanto 37% disseram abordar. 3% não responderam a essa questão.

Quando questionados “Sobre a maneira como abordam tal assunto”, as respostas foram diversas: 23% responderam abordar o tema quando surgem assuntos no cotidiano, 11% relataram abordar por meio de textos e filmes, 11% por meio de textos diversos, outros 11% preventivamente. Ainda para essa questão, 11% responderam abordar por meio da produção de textos e artigos opinião. Diálogo e leitura foram as respostas de outros 11% dos participantes, assim como 11% responderam que, se o

interesse parte do aluno, então o assunto é discutido. Finalmente, 11% responderam estar de acordo com o assunto trabalhado.

A última questão refere-se ao “Entendimento por parte dos gestores e professores em ser a escola é um local pertinente para se abordar o tema ‘Prostituição Infantil e Juvenil’”. As respostas demonstram que a grande maioria acredita ser esse espaço adequado para tal. Para essa questão, 90% dos professores responderam afirmativamente, 3% não consideram a escola como um local para se trabalhar o tema e 7% não responderam a essa questão.

Os professores (90%) que responderam que a escola é um local para a orientação sexual têm a suas opiniões compartilhadas com alguns autores: “A escola está sendo a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como sendo o campo fértil e ideal para se dar orientação sexual.” (RIBEIRO, 1990, p.31).

No entanto, Ribeiro (1990), salienta que é preciso considerar os problemas educacionais do país e a própria ideologia do ensino, que é caracterizado com uma visão meramente informativa da educação e não como uma formação global, crítica e criativa.

Sabe-se, hoje, da existência de uma preocupação com a implantação de projetos em **Educação Sexual**. Há uma série de trabalhos, dissertações e teses a respeito desse tema. “A própria política oficial educacional, através de suas diretrizes sintetizadas nos RCNEI³, nos PCN e nos PCNEM⁴, já incorporou esta necessidade, reconhecendo que a sexualidade faz parte do cidadão integral.” (NUNES, 2002, p.206).

Para completar essa questão, foi solicitado que os participantes descrevessem a maneira como tema “Prostituição Infantil e Juvenil” pode ser trabalhado nas escolas. Com um número maior de ocorrências, podemos observar a resposta de 22% dos participantes, os quais consideram que o tema deve ser trabalhado através de palestras de pessoas especializadas, outros, 18%, acreditam que o tema deve ser trabalhado preventivamente, e 13% responderam que pode ser por meio de projetos. Com menor número de ocorrências, apareceram, com 9% das respostas, “palestras, trabalhos e filmes” e “com a participação de especialista da área da saúde”, respectivamente, e ainda, com “projeto”, “com slides e conversas sobre puberdade”, “conforme o texto durante a aula” e “aulas direcionadas”, todos com 4% das respostas.

³ RCNEI – Referências Curriculares Nacionais de Educação Infantil.

⁴ PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.

Os gestores e os professores devem ter muito cuidado ao trabalhar com simples projetos e palestras sobre a sexualidade que se limitam a meras informações e não a discussões. “[...] deve-se excluir as “palestras” que são muito utilizadas, principalmente, pelas direções das escolas, mas que são preferencialmente para dar instruções e são previsíveis, onde ao estudante não é dada a chance de se manifestar.” (BOASAUDE, 2000, apud MAISTRO, 2009, p.39).

De acordo com os resultados obtidos, fica nítida a preocupação dos professores em trabalhar com os temas **Educação Sexual, Prostituição e Exploração Sexual**. No entanto, evidencia-se sua falta de preparo sobre os temas. Tais dados demonstram a necessidade de inserir as temáticas além do currículo das Ciências Biológicas.

Segundo Figueiró (2006, p.260), ao refletir sobre o papel que as questões do corpo e da sexualidade precisam ter no currículo, é necessário:

[...] considerar que é no corpo, e pelo corpo, que o indivíduo passa a se dar conta de sua existência real e concreta. Bem como da existência do mundo à sua volta. [...] O corpo tem, então, um papel fundamental na aquisição da consciência de si. [...] Ele é o ponto de partida e a base para a efetivação do desenvolvimento cognitivo.

Diante desses dados e das considerações de Figueiró (2006, p.260), há de se concordar com a autora, quando referencia Britzman (1988, p.170) afirmando que o “currículo não é nada sem o corpo” e que “[...] a educação tem a obrigação de criar contextos nos quais o corpo continue a ter importância.”

Considerações finais

Os dados dos questionários revelaram o despreparo dos gestores e professores ao trabalharem com questões relacionadas à sexualidade e à prostituição. Ficou evidente, também, que o Estado não prioriza a formação contínua dos docentes para trabalhar com questões que envolvem a sexualidade.

A questão familiar também foi contemplada nesta pesquisa e pôde-se perceber que no Brasil, é notório que muitas famílias não são estruturadas dentro de um padrão mínimo de normalidade (normalidade entendida, aqui, como famílias que têm pais conscientes e comprometidos com a educação de seus filhos). Por ser um assunto que contém conotações morais, preconceituosas e religiosas, faz com que muitos adultos

(pais e ou responsáveis) não tratem adequadamente a questão sexual com as crianças e adolescentes.

No entanto, se a realidade tem nos mostrado uma situação pouco produtiva com relação à orientação realizada pela família ou responsáveis, a escola, devido ao fato de ser um local onde o aluno passa grande parte do dia, além de ter a função educacional, acaba cumprindo também a social, podendo tornar-se o local mais apropriado para orientação e aprendizagem sexual.

Pelo fato de a escola cumprir também o papel social, sua cultura precisa ser valorizada. Em muitos casos, as propostas para o ensino de **Educação Sexual** ignoram o dia a dia das escolas. Muitas delas que convivem com o problema da exploração sexual de menores, na grande maioria, nem sequer trabalham essa questão, um assunto que pode ser explorado de diversas maneiras nas diferentes disciplinas.

É nesse sentido que a escola precisa ser corresponsável na formação sexual dos seus alunos. Para que essa orientação seja eficaz, deve ser desenvolvida de maneira longitudinal e adequando seus temas e situações problemas de acordo com as faixas etárias e o nível intelectual dos alunos.

A procura de respostas do porquê da pouca preocupação, por parte dos professores, a respeito do tema **Educação Sexual** foi um dos objetivos desta pesquisa. O que se pode observar é que as respostas são inúmeras e vão desde a própria falta de interesse, de tempo (devido a uma enorme jornada de trabalho), de preconceito, de falta de articulação com as diversas disciplinas e até mesmo insegurança sobre os conceitos a serem trabalhados, o que ficou evidente nas entrevistas realizadas pela pesquisadora.

Os professores recebem algumas orientações pontuais, oferecidas pela Diretoria de Ensino e/ou pelas escolas em que lecionam, no entanto, há necessidade de criação de cursos e orientações que capacitem de maneira crítica e consciente esses profissionais, pois grande parte deles se mostrou inseguros e alguns não capacitados para cumprir a orientação sexual de seus alunos.

O objetivo e o compromisso da **Educação Sexual** é debater, questionar e relacionar os efeitos sócio-culturais na formação dos valores, das normas e padrões sexuais. A inserção do corpo docente no trabalho com esse tema é um elemento facilitador para a efetivação e sustentabilidade de projetos e ações efetivas contra a exploração sexual das crianças e adolescentes que frequentam as escolas.

Para que a inclusão da **Educação Sexual** nos currículos escolares seja efetiva, há necessidade de esta ser apolítica e desprovida de preconceitos. Deve, além disso, manter

uma postura consciente sobre o seu papel e ser sensível para perceber as necessidades dos seus alunos e procurar elaborar programas que atendam efetivamente seus anseios.

Além da necessidade de toda a comunidade escolar estar comprometida com a educação sexual de seus alunos, é importante que a escola estabeleça parcerias que facilitem o desenvolvimento de ações voltadas para o processo de conscientização e orientação sexual de seus alunos.

Procedimentos e atitudes educativas sexuais, nesse sentido, são modos de possibilitar o fortalecimento e a mudança dos desejos das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente que, em alguns momentos de sua vida, poderão ser transformados em protagonistas vitimizadas de sua própria história.

Para a ampliação de ações sistematizadas e de orientações voltadas para a **Educação Sexual**, dentro do espaço escolar, e sua comprovada eficácia para o melhor entendimento do aluno quanto a sua sexualidade, no quadro atual da “exploração sexual de menores” se faz necessário um maior investimento em pesquisas mais amplas nessa área, bem como o investimento e a inclusão desse tema no currículo das instituições formadoras dos profissionais de educação.

SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN AND THE ROLE OF THE SCHOLL

ABSTRACT: Prostitution is an activity that generates constant conflict and controversy. The way it is practiced leads, in some specific situations, the legal framework. For the analysis of the role of school and sex education, this research aimed to: identify and analyze the views of managers and teachers living with sexual exploitation of children in two schools in the state schools of a city of the State of São Paulo and to determine whether the subject is part of school curricula in the schools surveyed and discussed how teachers. The research is part of qualitative research in education and had the strategy of data collection a questionnaire with managers and teachers of educational institutions surveyed. The data collected and analyzed showed that the school, being a place that works with multiculturalism is that, as a place where the "Sex Education" should be worked out, mainly to educate their students not to enter the world of sexual exploitation. Therefore, the school is the place for fundamental change in mentality of children and adolescents who are forced to surrender to sexual exploitation.

KEYWORDS: Child and juvenile prostitution. Sexual exploitation of children. Schools.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas: Mercado das Letras; Londrina: Ed. da UEL, 2006.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alinea, 2001.

IMPERIANO, R. L. et al. **Exploração sexual feminina de adolescentes**. 2004. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, 2004, Fortaleza. 2004. p.1-20.

LEAL, M. L. P. **A exploração sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes na América latina e Caribe: relatório final**. Brasil. Brasília: CECRIA, 1999.

LIBÓRIO, R. M. C. Adolescente em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n.18, v.3, 2005, p.413-420.

MAISTRO, V. I. A. de. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Ed. da UEL, 2009. p.35-62.

NUNES, M. D. F. de. **Relações de gênero e sexualidade: concepções de duas professoras do ensino fundamental**. 2002. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REBOLHO, A. C. F. **Nas avenidas da libido: prostituição em São Carlos: história oral temática de prostitutas são-carlenses**. São Carlos: UNICEP, 2007.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SALIBA, M. G. **O olho do poder: análise crítica da proposta do estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.